

EXPERIÊNCIAS DE CRÉDITO ALTERNATIVO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA

Ghislaine Duque, UFPB-PPGS¹

RESUMO

O texto resgata uma experiência de financiamento alternativo: os Fundos Rotativos (FR), realizada por várias ONG's, e analisa seu funcionamento e seus resultados. A experiência estudada situa-se na Paraíba.

Os FR têm um objetivo imediato: permitir aos produtores, organizados em grupos, de obter um crédito modesto para construir um bem a baixo custo, sem juros bancários, cada membro contribuindo com sua própria força de trabalho para a construção desse bem. A dívida é paga geralmente em produto ou material, segundo modalidades definidas pelo próprio grupo em função de suas possibilidades.

Mas muito além disso, os FR favorecem a organização da comunidade a nível local, lhe proporcionam a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos, mobilizam sua solidariedade e têm efeitos políticos mais profundos; pois os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por conta própria, sem depender de políticos; eles vão ganhando autonomia e auto-confiança, condição inicial para iniciativas mais ousadas. Finalmente, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores, que, nas condições habituais do crédito bancário, estão em situação de inferioridade, submetidos a exigências que nem sempre são explicadas claramente e obrigados a adotar "pacotes" pouco adaptados a suas possibilidades e lógicas.

ABSTRACT

Experiences on alternative credit for family farm: Ways of solidarity and citizenship

The paper is inspired on a experience of alternative financing: the rotative fundings ("Fundos Rotativos":FR) undertaken by several ngo's and analyse its operation and results. The experience is located in the State of Paraiba.

The Rotative fundings have as one immediate objective: to allow the producers, organized in groups, to obtain some credit to build some goods at low cost, without bank interest. Each member contributes with his (her) own labour force to build these goods. The debts are paid generally in products, according to modalities defined by the socio-economic conditions of the group.

Moreover, the Rotative fundings favour the communities organization at the local level; allowing them to have the opportunity to learn how to manage collectively the resources and to mobilize their solidarity. They have even more important political effects, because the producers are learning and constructing their capacity to build improvements from his own action, freeing, therefore, from the politicians dependence. They slowly achieve autonomy and auto-reliance, which constitutes a starting point for more ambitious initiatives.

Finally, this kind of cooperative financing rescues the producers' dignity, who are in a inferior situation in relation to the conditions imposed by the commercial bank systems of credit; they are submitted to demands which have not been clearly explained and are forced to adopt "packets" which are very little adaptable to their logics and possibilities.

1 Dra. em Sociologia, UFPB, bolsista do CNPq.

Rua Severino Figueiredo 24, CEP 58109-130 CAMPINA GRANDE/PB.

Fone (83) 333 21 70. Fax (83) 310 1051. E-mail: ghduque@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A maioria dos agricultores do Semi-Árido não têm acesso a qualquer forma de crédito bancário. O crédito em si é uma prática que sempre existiu, seja na forma de adiantamentos em espécie anotados na caderneta da bodega, ou de empréstimo pelo patrão a ser devolvido na safra, ou ainda de crédito consentido pelo atravessador a ser pago “na folha”.

Também existem as práticas solidárias de ajuda mútua e empréstimos no âmbito da reciprocidade, quando um parente ou um amigo passa por problemas pessoais.

Mas esses casos dizem respeito a situações emergenciais: necessidade de sobrevivência até a safra, doença, etc. Trata-se apenas de “tapar buracos” que vão se cavar novamente mais na frente. Esse tipo de crédito – seja o adiantamento do comerciante ou do patrão, seja a solidariedade comunitária – não tem nada a ver com investimentos produtivos que deveriam permitir a decolagem da economia familiar. Ora, é justamente disso que o produtor familiar precisa. Ele não têm como implantar qualquer benfeitoria que lhe permita aumentar a produtividade e a rentabilidade de seu sistema de produção, ou ainda poupar suas forças para ter condição de ampliar seu roçado, de maneira a gerar um excedente que possa garantir o acesso a novas tecnologias, novos investimentos produtivos, em breve dar início a um processo de crescimento econômico.

Neste trabalho, examinaremos resumidamente as formas oficiais de crédito bancário, convencionais ou dirigidas especificamente aos produtores familiares, para analisar em que medida atendem às necessidades destes. Contemplaremos a seguir dois exemplos de crédito alternativo, dito solidário: a prática do Grameen Bank, de Bangladesh, e o sistema Cresol, do sul do Brasil. E finalmente descreveremos os princípios que fundamentam o funcionamento dos Fundos Rotativos, e mais especificamente como eles são aplicados na Paraíba, sob a coordenação do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas/Patac e com a colaboração de um grande número de parceiros, examinando o diferencial “solidariedade” e seus efeitos políticos.

OS IMPASSES DO CRÉDITO OFICIAL

Sabemos que os sistemas bancários tradicionais selecionam seus clientes em função de sua capacidade de oferecer garantias e contrapartidas, portanto se limitam a categorias sociais relativamente privilegiadas. Não confiam na solvabilidade de pequenos produtores que se encontram na base da pirâmide social. “Banco é só para rico”, opina Paul Singer (in GUIMARAES: 71). Em pesquisa de campo, constatamos pela experiência da maioria dos produtores familiares entrevistados (mesmo donos de propriedades consideradas “médias”) que ir ao banco é o mesmo que fazer um caminho da cruz: precisam fazer várias viagens, enfrentar a descrença do gerente quanto às garantias oferecidas (“*passar humilhações*”), se ver impor um planejamento da propriedade que não corresponde a suas próprias intenções, aceitar que parte do dinheiro vá diretamente para o fornecedor sem nem ver sua cor, não ter explicações claras quanto aos compromissos assumidos, etc. Pois cada gerente é responsável pela lucratividade de sua agência, constatam BITTENCOURT e ABRAMOVAY (2001: p. 2) e nenhum deles quer correr riscos. Sem contar que têm geralmente preconceito quanto à responsabilidade e capacidade de pagamento dessa categoria social.

Quanto às políticas governamentais destinadas explicitamente aos produtores familiares –citamos, em desordem, o Proterra, o Projeto Sertanejo, PAPP e Projeto São Vicente, Projeto Nordeste, Padre Cícero, etc., - todos eles incluíam um segmento de crédito destinado explicitamente aos produtores familiares ou “pequenos produtores” como se dizia na época. Não podemos aqui fazer o resgate dessas experiências, mas é sabido que ficaram muito aquém das intenções, atingindo raramente seu público-alvo².

Mais recentemente, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária/Procera, criado em 1986 e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf, criado em 1995, marcam certamente um progresso em relação ao crédito bancário tradicional pois permitiram realmente que o crédito chegasse a um número maior de produtores familiares. No entanto os problemas são numerosos.

O Pronaf, fora dos assentamentos, atinge um percentual muito reduzido de produtores, pelo menos no Nordeste semi-árido, e raramente os mais necessitados. Em princípio, graças ao sistema de segmentação do público atingido, ele pretende integrar as faixas

2 Cf. DUQUE & COHEN 1989, DUQUE 1986.

de mais baixa renda³. No entanto, a maioria dos recursos do Pronaf foram destinados a produtores do Sul do país, quando a metade dos produtores familiares do país está no Nordeste⁴. Este dado estatístico foi confirmado em pesquisa de campo⁵, onde encontramos pouquíssimos produtores beneficiados, e entre estes, casos estranhíssimos: por exemplo, num município do Agreste Paraibano, uma única categoria de produtores foi contemplada, a dos produtores de batatinhas, considerada cultura “de renda”, e entre eles, apenas três agricultores, dos quais dois não eram nada “familiares”.

Quanto ao crédito outorgado aos assentados da reforma agrária (O Procera, substituído pelo Pronaf a partir de 1999), constatamos que ele foi muito mal utilizado, em decorrência da falta de uma assistência técnica adequada⁶. Os projetos eram elaborados na base de um modelo único repetido de lote em lote, sem nenhuma adaptação à diversidade das parcelas, como também sem preocupação com os planos ou desejos dos produtores. Uma vez liberado o crédito, os técnicos não davam nenhuma orientação prática no campo. Nos dois assentamentos estudados na pesquisa⁷, os créditos de investimento foram dedicados à compra de gado holandês, de manejo delicado nas condições do Semi-Árido, quando as parcelas (ainda) não dispunham do suporte forrageiro correspondente. Entre 1998 e 1999 (dois anos de forte seca), os produtores, após se endividar mais ainda comprando forragem – e gastando seus últimos recursos nisso - resolveram vender o gado para não vê-lo morrer de fome. Consequência: foram considerados inadimplentes, e por isso perderam o direito ao rebate.

Uma pesquisa encomendada pelo Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO (Rezende 1999 p. 23) confirma nosso ponto de vista, identificando uma forte evidência de desvio

3 O público visado é dividido em 4 faixas: “A” são os assentados da reforma agrária, “B” os agricultores com renda agropecuária anual de até R\$ 1.500. “C” são aqueles cuja renda bruta anual vai até R\$ 8.000 por ano, e “D” os que têm renda até R\$ 27.500. Numa pesquisa realizada em dois assentamentos do Semi-Árido, durante os anos de seca de 1998 e 1999, de uma amostra de 11 agricultores, apenas 3 tinham uma renda anual superior a R\$ 1.500. Cf. DUQUE & COSTA, 2001

4 49,7% dos estabelecimentos familiares estão situados no Nordeste, mas eles dispõem de apenas 14,3% do financiamento rural destinado a esta categoria de agricultores. Quanto aos agricultores familiares da região sul, eles se beneficiaram de 55 % do financiamento total, quando representam apenas 21,9% dos estabelecimentos. (Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, In Guanziroli, 2.000, p.18).

5 Cf. ARAUJO & DUQUE, 2000.

6 Ver DUQUE & COSTA (no prelo) e PEREIRA id.

7 COSTA 2.001

de recursos do Procerá em direção a bens de consumo em detrimento de seu uso produtivo.

Vale acrescentar que, além dos problemas aqui mencionados, o crédito para os assentamentos custa caro aos cofres públicos uma vez que o Tesouro Nacional assume os custos administrativos e o subsídio embutido no empréstimo⁸.

DOIS EXEMPLOS DE CRÉDITO ALTERNATIVO

Experiências internacionais e nacionais de novas formas institucionais de acesso ao crédito no meio rural já são conhecidas. O caso mais divulgado é o do Grameen Bank, de Bangladesh⁹ e, no sul do Brasil, o Sistema Cresol de Crédito Solidário¹⁰.

A experiência do Grameen Bank, de mais de 20 anos de idade e tocando uma clientela de mais de 2 milhões de pessoas (em maioria mulheres) com uma taxa de inadimplência de perto de 0 %, parece comprovar que é possível dar crédito a populações muito pobres. Os procedimentos burocráticos são simplificados, mas existe uma organização e um controle rigorosos a nível da base: as pessoas se organizam em grupos de 5 e seguem uma formação inicial de uma semana; é o grupo que garante a devolução do empréstimo com prestações semanais, quando ocorrem novamente reuniões de uma hora cada vez.. “É como se o tempo dos pobres não existisse”, observam os relatores da experiência (GENTIL & HUGON p. 121).

O sucesso do Grameen Bank se explica em parte por uma estreita correspondência entre o tipo de público, as quantias investidas e as modalidades de funcionamento do sistema: trata-se em maioria de mulheres que pegam quantias reduzidas em crédito, recebem diariamente pequenos salários ou ganhos e pagam prestações semanais.

8 Operando com recursos vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Banco do Brasil, principal operador do Pronaf, recebe, além do “spread” destinado a cobrir possíveis inadimplências, um montante fixo e mensal por cada contrato, independente de seu valor. Segundo dados do Ministério da Fazenda, o Tesouro gastou, em 1999, quase R\$ 94 milhões com a equalização das taxas de juros do Pronaf (num total de quase R\$ 2 bilhões em empréstimos). Além do mais teve que fazer uma despesa de R\$ 153 milhões só no pagamento dos custos administrativos do sistema, ou seja quase 8% dos recursos. Cf. Bittencourt & Abramovay, 2001. Quanto ao subsídio, ele corresponde a um rebate de 50% do crédito se o produtor pagar suas prestações em dia.

9 Cf. GENTIL & FOURNIER, Segunda parte, cap.4 e GENTIL E HUGON p. 115-133.

10 Cf. BITTENCOURT & ABRAMOVAY, 2001.

Isto já não seria possível com um público de agricultores cujos ganhos, configurados nas safras, se dão a intervalos muito maiores.

As opiniões são muito divididas quanto ao “estilo ideológico”: slogans, “carta moral”, atitudes paternalistas, ou até inquisitoriais dos técnicos em relação a seu público (Ibid. p. 122). Mas isso talvez deva ser entendido dentro de um certo contexto cultural. Outros questionamentos se referem à pesada estrutura de enquadramento que exige dos técnicos uma dedicação total em condições de grande austeridade (para reduzir ao máximo os custos de funcionamento), o que talvez questione a viabilidade do sistema a longo prazo, ou pelo menos sua reprodução em outros contextos.

Quanto ao Sistema Cresol (criado em 1995), ele nasceu como desdobramento dos fundos rotativos criados a partir de 1988 para atender os agricultores familiares e assentados no Paraná, administrados por diversas entidades populares e em geral com recursos oriundos de entidades internacionais de apoio a Organizações Não Governamentais (Bittencourt e Abramovay, 2001) Trata-se de uma rede de cooperativas de poupança e crédito, que passou a intermediar o empréstimo de fundos públicos destinados especificamente à agricultura familiar, como o Pronaf. A criação de um serviço central (*Cooperativa Central Base de Serviços Cresol – Cresol-Baser*) apoia o sistema, sobretudo nas áreas de software, normatização, contabilidade, formação, e na interlocução com os bancos, governos e entidades dos agricultores. Seu objetivo social explícito é de fortalecer a agricultura familiar. Aqui também, o aval solidário, em grupos de aproximadamente 5 agricultores, passou a ser um instrumento bastante eficaz para reduzir a inadimplência, mas cada cliente deve, antes de ter acesso ao crédito, fazer um depósito inicial (equivalente a 10 sacas de milho, o que já seria muito no contexto do semi-árido). Em dezembro de 2000, o Sistema Cresol já contava com 13.500 membros distribuídos em 31 cooperativas (21 no Paraná, 5 em Santa Catarina e 5 no Rio Grande do Sul). Cada cooperativa conta portanto, em média, com apenas uns 400 e poucos membros, de tal forma que a proximidade social facilita o controle. Como no Grameen Bank, o agricultor que solicita sua entrada na cooperativa deve participar de um processo de capacitação onde são apresentados os seus direitos e deveres de associado e a forma de funcionamento da cooperativa.

O que é notável nas análises disponíveis sobre diversos tipos de “crédito solidário”, entre os quais estes dois que acabamos de apresentar rapidamente, é que o acento é colocado sobre as precauções para evitar a inadimplência. Trata-se de uma operação

econômica como qualquer outra, que visa, sem dúvida, a satisfação de necessidades econômicas da clientela, mas sem outro objetivo de caráter social, pedagógico ou político, embora o simples acesso ao crédito já seja um elemento de cidadania. Mas o caráter “solidário” do crédito, nestes casos, é apenas uma estratégia de mobilização do controle do grupo para garantir o retorno do capital investido. De fato, trata-se de “pagamento solidário”, mas não de verdadeira solidariedade.

A EXPERIÊNCIA DE “CRÉDITO SOLIDÁRIO” NA PARAÍBA: OS FUNDOS ROTATIVOS

A experiência que vamos expor agora é muito mais modesta no que diz respeito ao volume do crédito e ao número de produtores envolvidos. Ela só toca umas poucas centenas de agricultores, não milhares e menos ainda milhões. Ela não tem o rigor administrativo nem a importância institucional dos exemplos citados antes. Mas ela tem outras características interessantes: ela é menos um processo econômico – embora seja isso também – do que um processo organizativo, pedagógico e político. Trata-se da experiência dos Fundos Rotativos (FR) realizada por dezenas de ONG's e outras entidades da Paraíba, entre elas e muito particularmente pelo PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades, que coordena um grande número de Fundos Rotativos. Como é este último que conhecemos de mais perto, é de sua experiência que vamos falar.

Os Fundos Rotativos foram iniciados com financiamentos provenientes de instituições estrangeiras, em particular Misereor, na base de doativos dos católicos alemães durante a Quaresma.

Eles têm um objetivo imediato: permitir aos produtores, organizados em grupos, de obter um crédito modesto para construir um bem a baixo custo, sem juros bancários, cada membro contribuindo com sua própria força de trabalho para a construção desse bem. A dívida é paga geralmente em equivalente-material, segundo ritmos definidos pelo próprio grupo em função de suas possibilidades. Esse bem pode ser um banco comunitário de sementes, um campo de palma, uma barragem subterrânea, uma

cisterna. Sua definição não é decidida por um agente externo mas pela comunidade, em função de suas próprias prioridades.

Para explicar o funcionamento dos FR,. vamos nos valer do exemplo das cisternas de placas, que é o “produto” mais conhecido do PATAc.

A cisterna de placas é uma forma simples, segura e barata de guardar água de boa qualidade, aproveitando as chuvas que caem nos telhados e que são recolhidas através de uma bica. A maior parte das cisternas construídas com o apoio do Patac tem capacidade para guardar 16.000 litros de água, quantidade suficiente para uma família de 6 pessoas beber e cozinhar durante 6 meses.

Como funciona? Um grupo de, por exemplo, cinco agricultores interessados em construir cisternas em suas propriedades, se reúne. O Patac financia o material¹¹ para construção da primeira cisterna de cada grupo. Um dos cinco participantes do grupo é sorteado com essa primeira cisterna. Um contrato é assinado, onde cada agricultor se responsabiliza pelo pagamento do material de sua cisterna. A construção da primeira cisterna, realizada pelo grupo sob orientação de um técnico do Patac, serve de treinamento. Semestralmente (ou em ritmo diferente, segundo a decisão do grupo), cada participante do grupo paga 20% do valor da cisterna. Com esse dinheiro ($5 \times 20\% = 100\%$) será construída mais uma cisterna a ser sorteada para outro agricultor do grupo, sempre com a mão de obra dos próprios membros do grupo trabalhando juntos.

No caso dos bancos de sementes, as sementes emprestadas são devolvidas na safra com um pequeno acréscimo (uma espécie de juro), previsto para os gastos de manutenção dos bancos.

A administração do FR (compra do material, cobrança das prestações, sorteio de cada nova cisterna) é feita pelo próprio grupo, acompanhado por um parceiro do Patac: associação comunitária, sindicato, grupo de Igreja ou outra entidade, e supervisionado pelo Patac. Ao final de dois anos (na hipótese de um ritmo de pagamentos de 20% semestralmente), todos os participantes do grupo terão sua cisterna.

Com o pagamento da última parcela tem início um novo FR para um novo grupo, ou a construção de um outro bem para o mesmo grupo, segundo .decisão a ser tomada junto como Patac ou o parceiro local.

Do ponto de vista econômico, os FR constituem uma forma prática e flexível de crédito para produtores de poucos recursos. Certos pagam com parte do salário das Frentes de Emergência, outros com atividades assalariadas fora de sua propriedade, outros ainda com a venda do filhote de uma cabra ou de uma ovelha criada com essa finalidade. 20% do valor de uma cisterna de 600 R\$ representa 120 R\$. Se o pagamento for mensal, representa 20 R\$ por mês, ou seja 4 dias de serviço. Produtores que sonharam durante dezenas de anos em ter sua cisterna não acham exagerado esperar durante um ou dois anos até que o sorteio os beneficie. Aliás, enquanto as cinco cisternas não estão terminadas, todos os membros do grupo podem tirar água das primeiras cisternas construídas.

A posse de uma cisterna, além de fornecer água de boa qualidade, poupa o tempo e as forças de quem – geralmente a mulher - devia todo dia ir apanhar água, às vezes muito longe, carregando balde na cabeça. Esse tempo poupado abre possibilidade para iniciar outras atividades: produção de plantas medicinais no quintal, artesanato, etc. A diferença a nível de saúde é frisada por todos os participantes do programa: acabou o tempo em que “*as crianças viviam com diarreia*”. Os produtores que participaram do treinamento – realizado com a própria construção da primeira cisterna de cada grupo - têm hoje uma nova alternativa de ganha-pão durante a estiagem: tornaram-se pedreiros de cisternas, conseguindo com isso uma renda complementar substancial.

Além da obtenção de um bem material, os FR favorecem a organização da comunidade a nível local, lhe proporcionando a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos (compra de material, cobrança das prestações) e da tomada de decisões de forma democrática, por exemplo na discussão dos prazos dos pagamentos.

Os FR também mobilizam a solidariedade do grupo. Se membros da comunidade não têm condição de assumir o menor compromisso financeiro, o caso é submetido ao grupo que sugere soluções. Por exemplo, uma mulher chefe de família¹² será encarregada de pagar sua parte assumindo certos serviços, como preparar a comida

11 Uma cisterna de 3m. de diâmetro e 2,40 de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro e 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia (geralmente encontrada no local), 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 m. de cano PVC.

12 Alias, existem grupos de mulheres assumindo a construção de cisternas e os respectivos fundos rotativos.

dos trabalhadores, ou guardar as crianças durante as reuniões. Houve casos onde o grupo assumiu simplesmente a dívida de um membro em dificuldade.

Os FR têm efeitos políticos mais profundos; os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por conta própria, sem depender de políticos¹³; eles vão ganhando autonomia e auto-confiança, primeira condição para iniciativas mais ousadas. Finalmente, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros” mas como cidadãos capazes de conduzir seu próprio destino.

Nas condições habituais do crédito bancário, os produtores estão em situação de inferioridade e se sentem humilhados. Eles são obrigados a fazer várias viagens para serem atendidos, submetidos a exigências que nem sempre são explicadas claramente e obrigados a obedecer a um planejamento de sua propriedade feito por um técnico e que não corresponde a seus próprios planos nem a sua lógica. No caso de culturas, eles têm que adotar “pacotes” embutidos nos empréstimos, que aumentam os custos e além do mais têm efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a saúde.

O sistema dos FR aposta na importância da participação e da organização dos produtores: acredita-se na validade do saber camponês¹⁴ e na importância de suas experiências na construção e difusão de práticas de convivência com o Semi-Árido. Esse saber, essas experiências só poderão ser resgatados com a participação dos próprios produtores. Por outro lado, eles se fortalecerão como atores sociais na medida em que sua vivência de solidariedade familiar e comunitária traduzir-se-á em organização eficaz num plano mais amplo. A perspectiva é que suas experiências resgatadas, discutidas, confrontadas com o conhecimento técnico e divulgadas pelo PATAC e seus parceiros, possam se transformar em referências, inclusive para serem adotadas como políticas públicas¹⁵.

A expressão “economia solidária” pode parecer uma contradição em si mesma. Mas a economia, afirma o economista Paul Singer (In GUIMARAES, p. 63-76) não é apenas “a economia da guerra de todos contra todos. Isto é uma visão ideológica da economia, a visão liberal. (...) A economia solidária é menos inconsistente do que a economia

13 É sintomático de constatar que as cisternas construídas pelo sistema dos fundos rotativos são conservadas com cuidado, enquanto cisternas doadas, a fundo perdido, se degradam.

14 A primeira cisterna de placa foi inventada por um pedreiro de Sergipe e apenas melhorada pelo Patac, como também por outras ONG's.

capitalista. Porque ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição.” É esse princípio que os Fundos Rotativos reafirmam, cultivando e ampliando práticas - tais como o mutirão - que já pertencem à cultura comunitária dos produtores familiares. Resgatam portanto valores tradicionais que têm dimensão política, dimensão de cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro**. Texto para discussão. Versão preliminar, São Paulo, Recife: MDA/FIDA/Projeto Dom Helder Câmara, out. 2001.

-----e VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. IPEA. Texto para Discussão N°. 641.

ARAÚJO, Maria Zélia; DUQUE, Ghislaine. **É viável a produção agrícola familiar no Semi-Árido?** In X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro. CD-Rom, paper 711.

BITTENCOURT, Gilson Alceu e ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. Mim., 2001,

CORDEIRO, Angela et alii. **Reforma Agrária e crédito rural**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991, 54 p.

COSTA, Mary Delane Gomes da. **Sustentabilidade e qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária no Nordeste semi-árido: Uma possibilidade real ou um sonho impossível?** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande: UFPB-PPGS, 2001.

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: Municipalização – Diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**. Home page do DESER.

DUQUE, Ghislaine; COSTA, Mary D. G. da; SABOURIN, Eric. Reforma agrário Semi-Arido brasileiro: que passos para a sustentabilidade? In DUQUE (org.) **Desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: Ensaio e pesquisas**. João Pessoa: Ed. UFPB, no prelo.

DUQUE, Ghislaine; CIRNE, Maria Nilza Ramalho. **Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social?** In FERREIRA & BRANDEBURG (org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998, p. 131-146.

15 A exemplo do Programa “Um Milhão de Cisternas” em via de negociação com o Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional das Águas, e já parcialmente adotado oficialmente.

DUQUE, Ghislaine; COHEN, Marianne. **Sécheresses et modèles de développement rural: Le cas du Projet Sertanejo**. In BRET (org.). Les hommes face aux sécheresses: Nordeste brésilien, Sahel africain. Paris: EST/IHEAL, 1989, p. 385-389.

DUQUE, Ghislaine. **O Projeto São Vicente**. In Relações de trabalho e relações de poder: Mudanças e permanências. Fortaleza: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 1986, V.1,p, 249-261.

GENTIL, Dominique; FOURNIER, Yves. **Pueden los campesinos ser banqueros? Experiencias de ahorro y crédito**. Managua (Nicaragua): Simas e Iram, sem data, 252 p.

GENTIL, Dominique et HUGON, Philippe (org.) **Le financement décentralisé: Pratiques et théories**. Revue Tiers Monde, Institut d'Etudes du Développement Economique et Social. Paris: PUF, 1996, 238 p.

GUANZIROLI, Carlos E. & CARDIM, Silvia E. de C.S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/Fao, fev. 2000, 74 p.

GUIMARÃES, Gonçalo. (org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate –Transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, sem data, 135 p.

NEVEU, André. **Le financement de l'agriculture familiale en France**. COLÓQUIO "A AGRICULTURA FAMILIAR: DINÂMICAS COMPARADAS BRASIL – FRANÇA", MDA/CNDRS/NEAD/CIRAD/INRA, Recife, 8 a 11.11.2001. Mim,

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades. **"Desenvolvimento da agricultura sustentável: de uma experiência comunitária a uma ação municipal"** Relatório de atividades 2000. Prêmio NEAD 2001, categoria ONG.

-----**Relatório 2001**. Mim, março 2002

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiência do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência**. In DUQUE (org.) Desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: Ensaios e pesquisas. João Pessoa: Ed. UFPB, no prelo.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia**. Relatório de Pesquisa, Brasília: Convênio Incra/FAO, 1999, 26 p.

SILVA, Luciana Henrique da. **Do Procera ao Pronaf: Impactos sociais dos programas de crédito em assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. João Pessoa: UFPB-PPGS, 2002.

SILVA, Pedro Carlos Gama.. **A experimentação econômica em Massaroca**. Mim. Sem data.

SINGER, Paul. **Desafio à solidariedade**. In GUIMARÃES (org.). Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate –Transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, sem data, 135 p.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Texto provisório para discussão. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, ago. 2001, 107 p.